Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A produção do espaço, o urbano e a crise do capital: (re)lendo a teoria das crises de Lefebvre

Thiago Canettieri

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
thiago.canettieri@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A produção do espaço, o urbano e a crise do capital: (re)lendo a teoria das crises de Lefebvre

Resumo

Este artigo examina o conceito de crise na obra de Henri Lefebvre, destacando sua importância para sua teoria urbana. Baseando-se na teoria da crise do capital de Karl Marx, o texto destaca a crise como um processo contínuo e destrutivo, impulsionado pelas contradições inerentes ao capitalismo. O artigo demonstra como a crise do capital está ligada à produção do espaço e como as estruturas sociais capitalistas perpetuam o aprofundamento da crítica de Lefebvre ao marxismo tradicional. Ao enfatizar o papel central da crise, o artigo aprofunda a compreensão da teoria de Lefebvre e sua crítica ao marxismo tradicional. Ele também destaca as contribuições de Lefebvre para a análise da crise do capitalismo.

Palavras-chave: crise, produção do espaço, capitalismo, marxismo, trabalho, Henri Lefebvre

The production of space, the urban and the crisis of capital: (re)reading Lefebvre's theory of crisis

Abstract

This paper examines the concept of crisis in Henri Lefebvre's work, highlighting its significance in his urban theory. Drawing on Karl Marx's theory of the crisis of capital, the text highlights crisis as an ongoing and destructive process driven by capitalism's inherent contradictions. The article demonstrates how capital's crisis is linked to the production of space and how capitalist social structures perpetuate deepening Lefebvre's critique of traditional Marxism. By stressing the central role of crisis, the paper enhances understanding of Lefebvre's theory and his critique of traditional Marxism. It also highlights Lefebvre's contributions to analyzing the capitalist crisis.

Keywords: crisis, production of space, capitalism, marxism, labor, Henri Lefebvre

La producción del espacio, lo urbano y la crisis del capital: (re)leyendo la teoría de las crisis de Lefebvre

Resumen

Este artículo examina el concepto de crisis en la obra de Henri Lefebvre, destacando su importancia en su teoría urbana. Basándose en la teoría de la crisis del capital de Karl Marx, el texto destaca la crisis como un proceso continuo y destructivo impulsado por las contradicciones inherentes al capitalismo. El artículo demuestra cómo la crisis del capital está vinculada a la producción del espacio y cómo las estructuras sociales capitalistas perpetúan la profundización de la crítica de Lefebvre al marxismo tradicional. Al enfatizar el papel central de la crisis, el artículo profundiza la comprensión de la teoría de Lefebvre y su crítica al marxismo tradicional. También destaca las contribuciones de Lefebvre al análisis de la crisis capitalista.

Palabras-clave: crisis, producción del espacio, capitalismo, marxismo, trabajo, Henri Lefebvre

Introdução

"Como é que, o capitalismo, ferido de morte, pode sobreviver?" Lefebvre (1973, p. 55) pergunta-se em *A Reprodução das relações de produção: Sobrevivência do Capitalismo*. Como o próprio autor desenvolverá em vários pontos de sua obra, essa ferida não é resultado de lutas sociais anticapitalistas, mas está inscrita na lei do desenvolvimento contraditório do próprio capital. Esta intuição é essencial para minha abordagem aqui. Lefebvre, portanto, reconhece que existe uma crise imanente ao capital. No entanto, mesmo em crise, o capital sobrevive.

Em sua obra, Henri Lefebvre desenvolveu uma crítica radical do capital. Seus *insights* tiveram um impacto significativo, particularmente na geografia radical, pois ele foi um dos poucos estudiosos a enfatizar os aspectos espaciais da reprodução ampliada do capital. Lefebvre, fundamentado na análise marxiana, entendeu que a dinâmica do capital carrega contradições inerentes. Assim, para compreender a contribuição de Lefebvre, é preciso levar em profunda consideração a teoria de Marx: "Somente um retorno a Marx pode restituir acuidade e gume aos conceitos rombudos" (Lefebvre, 1967, p. 73). Como Lefebvre enfatiza, Marx escreveu uma crítica da economia política, que é o subtítulo de seu livro, frequentemente esquecido.

Lefebvre permanece essencial para a compreensão do capital, mesmo hoje. Seu pensamento possui um sentido particular de crítica que é importante para os tempos contemporâneos. Isso significa que a teoria de Lefebvre continua sendo útil hoje para nos ajudar a compreender nossa realidade. Meu argumento neste texto é que a obra de Lefebvre é útil para compreender a crise do capital. Pelo menos na forma como leio os textos de Lefebvre, o conceito de crise é pressuposto, embora não elaborado ou totalmente desenvolvido, exceto em alguns textos, especialmente um capítulo do terceiro volume de *De L'État* (Lefebvre, 1978). Neste artigo, meu objetivo é enfatizar a importância da noção de crise para a compreensão do conceito de urbano de Lefebvre.

Para demonstrar a pertinência do conceito de crise na teoria de Lefebvre, fundamentarei minha posição na teoria do colapso do capital de Robert Kurz. De minha perspectiva, Kurz ofereceu uma leitura particular de Marx que apresenta algumas

convergências com a noção de crise de Lefebvre. Neste texto, argumentarei que o pensamento de Lefebvre engloba uma teoria da crise, central para a compreensão de sua teoria da produção do espaço e de suas demais contribuições. Farei isso extraindo algumas consequências das formulações de Lefebvre e interpretando-as à luz da leitura singular que Robert Kurz faz da obra de Karl Marx.

Consequentemente, defendo que esta noção de crise difere significativamente de sua aplicação hegemônica na geografia radical. Assim, nesse sentido, torna-se central para esta distinção a leitura de Lefebvre como uma crítica ao 'marxismo tradicional'— uma orientação teórica, conforme definida por Postone (2014), que prioriza uma crítica da exploração e distribuição a partir do ponto de vista do trabalho, e que historicamente dominou a análise geográfica. Ao ir além desses paradigmas, um engajamento crítico com a obra de Lefebvre oferece, a meu ver, um arcabouço mais robusto para decifrar as especificidades das crises capitalistas contemporâneas.

A leitura de crise de Lefebvre

Uma teoria da crise não é geralmente considerada em termos lefebvrianos, embora, como argumentarei, seja central para o seu pensamento. Conforme será discutido nesta seção, o conceito de crise aparece em vários momentos na obra de Lefebvre — às vezes de forma mais elaborada e enfatizada, e em outras apenas mencionado.

Em um ensaio de 1948, publicado na edição 17 da revista La Pensée, Lefebvre (1948) enfatizou a noção de crise, já destacada no título do ensaio: "The Crisis of French Capitalism". O primeiro parágrafo diz:

> No capitalismo (o do século XIX), 'a tendência contínua das diferentes esferas da produção a se equilibrarem não passa de uma reação contra a destruição contínua desse equilíbrio' (O Capital, II, p. 257).. Em outras palavras, o capitalismo só existe como sistema econômico e social porque contém uma tendência interna ao equilíbrio, uma autorregulação. Mas uma tendência contraditória, destrutiva do equilíbrio interno, também atua incessantemente para romper o capitalismo e seus limites imanentes. É bastante claro que, no capitalismo em declínio, aquele da crise geral, particularmente avançada na França, as tendências ao desequilíbrio e à ruptura dos limites prevalecem sobre os mecanismos reguladores que, outrora, restabeleciam o equilíbrio, fora da consciência e da vontade dos próprios capitalistas (sem intervenção do Estado, etc.) (Lefebvre, 1948, p. 39).

Reconhecendo a tendência contraditória do capital, Lefebvre apresenta uma concepção dos limites imanentes do capital. Seguindo essa concepção, que, como será visto, está enraizada na teoria de Marx, Lefebvre rejeita a ideia de uma crise cíclica. Portanto, para ele, o capital não pode ser entendido como uma fênix que renasce das próprias cinzas. Há uma tendência crítica inerente ao próprio funcionamento do capital que, em seu processo histórico, atua para colocar barreiras e limites à reprodução ampliada do capital.

Neste sentido, a compreensão de Lefebvre sobre a ideia de crise é crucial, pois diverge da noção recorrente de uma crise causada pela superacumulação. Em suas palavras, a crise não se apresenta como uma crise de superprodução. "Pelo contrário, ela tem o caráter duradouro e paradoxal de uma crise de subprodução" (Lefebvre, 1948, p. 40). O que ele percebe, e consegue distinguir muito bem, é a forma material e o valor, algo que foi enfatizado por Postone (2014) anos depois. Fala-se em crise de superacumulação, como nota Harvey (2013), que se concentra unicamente na riqueza material. Mas Lefebvre, com base em sua leitura, insiste que se trata de "uma crise de subprodução". Subprodução de quê? Subprodução de valor. O sistema capitalista pode produzir vastas quantidades de mercadorias, mas, devido ao seu funcionamento contraditório, a valorização do valor torna-se cada vez mais anêmica. Muitas mercadorias são produzidas, mas cada vez menos valor - e é isso que constitui a crise do capital.

A leitura de Lefebvre da tendência ao desequilíbrio no capitalismo em declínio alinha-se a uma lógica de crise de valorização, em vez de uma mera crise de realização. Lefebvre sugere uma ruptura mais fundamental do que a dinâmica cíclica da crise. Essa mudança diz respeito à subprodução de valor como um limite estrutural da própria forma-capital. Em termos marxianos, isso aponta para a contradição entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas e a base decrescente do valor: o tempo de trabalho.

No entanto, o diagnóstico de uma crise que se desenvolve há muito tempo dentro das formas historicamente determinadas do capital, sem chance de reconstituir o padrão de acumulação do século XIX, deixou Lefebvre com uma questão importante: como o capitalismo sobrevive?

Henri Lefebvre (1973) argumenta que o capitalismo sobrevive por meio da reprodução das relações sociais e da produção do espaço. No entanto, se o capital pode

sobreviver, Lefebvre (1973, p. 48) reconhece que ele está "ferido de morte". Como discutirei nas seções seguintes, o capital está mortalmente ferido porque se torna des-substancializado, ou seja, pelo seu próprio movimento, ele se livra de sua substância, o trabalho vivo, a única fonte capaz de aumentar o valor.

Ao assumir que o capital está ferido de morte, podemos compreender a resposta de Lefebvre (1973) à questão da sobrevivência do capitalismo. O capitalismo não sobrevive apenas no espaço limitado do "terreno oculto da produção", como escreveu Marx (2013, p. 250). De fato, a sobrevivência do capitalismo, na época de Marx, dependia da exploração do trabalho na fábrica. No entanto, o desenvolvimento do capital, que leva à necessária expulsão do trabalho vivo dos circuitos de produção de valor, impôs uma limitação ao seu próprio desenvolvimento. Desta forma, o capital sobrevive reproduzindo as relações sociais e produzindo espaço.

O capital des-substancializado sobrevive impondo suas formas sociais, mesmo que sejam decadentes. Este é o papel da reprodução das relações sociais. A dinâmica do capital força as pessoas a aderirem às suas formas. Para sobreviver, as pessoas devem vender sua força de trabalho, mesmo que isso se torne um mercado cada vez mais insolvente. Aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho devem recorrer a meios alternativos de ganhar dinheiro, como o crédito. O capital está constantemente restaurando suas formas sociais, mesmo que crie novas contradições e exacerbe as antigas. O capital em crise também depende da produção do espaço. Além de apontar, em *O Pensamento Marxista e a Cidade* (Lefebvre, 1972), que a produção do espaço envolve uma organização produtiva com baixa composição orgânica de capital, Lefebvre (1973) vê a produção do espaço como um momento para garantir a coerência do todo, mesmo que este todo esteja em crise. Elaborarei isso a seguir.

Por enquanto, é importante reconhecer que a dinâmica contraditória do capital é propensa à crise. Lefebvre descobriu que é uma crise secular, e não um movimento cíclico de eterno retorno. A historicidade do capital não lhe permite retornar a níveis anteriores de organização produtiva ou desenvolvimento das forças produtivas e, como resultado, o sistema de valorização do valor é cada vez mais esvaziado de trabalho vivo. O capital, apesar de estar ferido de morte, continua a se reproduzir.

Essa dinâmica produz o que Lefebvre (1973, p. 111) chamou de "uma proletarização gigantesca que resulta dessa ampla decomposição". A condição do proletariado não está mais, como na época de Marx, sobreposta à condição do trabalhador. Pelo contrário, como ele escreve: "Esta vasta proletarização do mundo contrasta com o bloco da classe trabalhadora" (Lefebvre, 1973, p. 111). O fenômeno a que Lefebvre se refere não diz respeito à integração da classe trabalhadora no sistema capitalista, sujeita à exploração. Como ele a descreve, a condição proletária é agora a daqueles que "não conseguem se ligar aos meios de produção" - em uma expressão, a trabalhadores sem trabalho.

É por isso que o capital "deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro" (Lefebvre, 2016, p. 47). Assim, para sobreviver, o capital não se limita ao ambiente fabril. Essa expansão espacial, portanto, não é meramente um crescimento quantitativo do aparato de produção, mas uma resposta qualitativa à 'tendência ao desequilíbrio' identificada por Lefebvre décadas antes (1948). À medida que o ambiente fabril se torna cada vez mais des-substancializado—devido à expulsão do trabalho vivo—, o capital deve colonizar o 'espaço inteiro' para compensar o esgotamento de sua fonte interna de valorização. Nesse sentido, a colonização da vida cotidiana, do lazer e da cidade (Lefebvre, 2016) representa mais do que a reprodução dos meios de produção; significa a busca por novas fronteiras para a extração de renda e a gestão de uma sociedade em que o valor não pode mais ser adequadamente produzido pelo trabalho industrial tradicional. A 'frente ampla' de defesa que o capital monta é, na verdade, uma tentativa de gerenciar uma crise permanente de substância, subsumindo a totalidade da existência social. Por causa da contradição imanente do próprio capital, o ambiente fabril tornou-se des-substancializado de seu fundamento, o trabalho vivo. O capital deve agora dominar todo o espaço e alcançar a vida cotidiana.

Essas considerações de Lefebvre são fundamentais para a compreensão das transformações que o capital sofreu ao longo do século XX. Como ele escreve no terceiro

volume de *Crítica da Vida Cotidiana*, trata-se de compreender as descontinuidades do modo de produção capitalista (Lefebvre, 2013). As consequências desse efeito são essenciais para a compreensão das transformações do capital ao longo do século XX. Lefebvre estava atento às mudanças na prática social. Neste livro, Lefebvre está plenamente consciente da iminente "crise total":

> O leitor saberá que a crise total, que abala o modo de produção, instalou-se no início do século XX com uma catástrofe silenciosa: o colapso dos pontos de referência tradicionais para — e pelo — pensamento; e um consequente colapso dos valores (Lefebvre, 2013, p. 765).

Desde então, a reprodução do modo de produção capitalista tem se estendido para além da indústria. Essa crise dá origem a novas formas de dominação social. Essa intuição permitiu a Henri Lefebvre desenvolver uma concepção muito mais ampla – e mais ajustada aos desenvolvimentos do capitalismo no século XX – de alienação: ela não está mais restrita ao âmbito da produção, ao momento do trabalho, ao território da fábrica, mas atinge as práticas sociais da reprodução cotidiana. A própria vida cotidiana é transformada em um terreno de dominação sob o capitalismo.

A ideia de crise aparece de forma mais organizada no capítulo "Da teoria das crises à uma teoria das catástrofes" (Lefebvre, 2009). Este é o lugar em que Lefebvre confere maior centralidade à ideia de crise em sua obra. Ele se pergunta:

> Que quer dizer esta palavra: crise? Ela designa em princípio um momento crítico, uma data separando dois períodos, um corte no tempo. Que quer dizer hoje: "a crise"? Crise de quem? De quê? (Lefebvre, 2009, p. 138)

Nas páginas seguintes, Lefebvre se dedica a desvendar essas questões. Segundo ele, a crise resulta dos elementos da vida social que tendem a se desintegrar, produzindo perturbações. Ele enfatiza que o modo de produção capitalista é necessariamente crítico, ou seja, está em crise. No entanto, "os momentos críticos cessaram de estimular a invenção" (Lefebvre, 2009, p.138). A crise se torna uma experiência contínua, "estado de crise se normaliza, distinguindo-se pouco da não-crise", mesmo estando em crise. É, portanto, central para o pensamento de Lefebvre tratar a crise como categoria de análise. Consequentemente, implica pensar na sua constelação de conceitos que gravitam em torno da crise.

A crise do capital

Aqui, conectarei o conceito de crise de Lefebvre, delineado na seção anterior, ao trabalho de Robert Kurz. Robert Kurz foi um dos fundadores de uma abordagem teórica de reinterpretação da teoria de Marx, que colocava a crise como uma categoria fundamental para sua compreensão. Em um de seus textos seminais, *A Crise do Valor de Troca*, Kurz (2018) discute como o desenvolvimento das forças produtivas impacta a capacidade de valorizar o valor. Conforme estabelecido na obra de Marx (2013), existem limites físicos (a duração do tempo de trabalho e a intensidade do trabalho) e limites sociais para a jornada de trabalho. A estratégia de expandir a mais-valia por meio do que Marx chamou de mais-valia absoluta é limitada. Assim, a valorização do valor transforma-se de um movimento absoluto e extensivo em um movimento relativo e intensivo, por meio do que Marx chamou de mais-valia relativa. Neste sentido, a expansão da mais-valia depende "da intensidade e do aumento relativo do mais-trabalho mediado pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da progressiva cientifização do processo de produção" (Kurz, 2018, p.47).

Marx já havia apontado que a tendência de transformar a mais-valia absoluta em mais-valia relativa marcava a verdadeira universalização do capital. Em *O Capital*, Marx (2013) aponta uma série de exemplos de desenvolvimentos tecnológicos implementados na produção de bens que podem ser acompanhados. O uso de grandes máquinas e a produção de complexos industriais transformaram o modo de produção capitalista: "a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem precisar da ajuda do homem, mas apenas de sua assistência" (Marx, 2013, p.455). Desta forma, o ser humano torna-se um apêndice da máquina. É o grande monstro mecânico que controla o processo.

Kurz (2018) reconhece que, desde os anos 1970, o desenvolvimento científico aplicado à produção de bens transformou substancialmente o processo de valorização. Com a adoção generalizada da automação, da microeletrônica e da robótica, "A produção de mais-valia relativa torna-se, assim, necessariamente o principal meio de acumulação capitalista". Essa dinâmica engendra três consequências: "i. este processo ocasiona uma escalada da produção material de produtos, o que, por sua vez, força uma expansão dos mercados e uma aceleração da acumulação; ii. com a crescente importância da mais-valia relativa no processo de

valorização, o produto individual perde valor; iii. finalmente, com a disputa entre capitais individuais, o meio de sobreviver à concorrência é sempre investir em mais-valia relativa a partir do desenvolvimento das forças produtivas e, desta forma, "o próprio capital se torna o limite lógico e histórico na produção de mais-valia relativa". A combinação dessas três consequências leva Kurz (2018) a perceber uma tendência do capital de caminhar para seu próprio colapso.

> Logo que o capital não pode mais aumentar a criação de valor em termos absolutos através do prolongamento do dia de trabalho, podendo apenas aumentar ainda sua parte relativa n o interior do novo calor criado por meio do desenvolvimento das forças produtivas, ocorre na produção de mais-valia relativa, em vez disso, um movimento em sentido contrário que historicamente consome a si mesmo e que deve agir e resultar na total paralisação da criação do valor. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o capital aumenta o grau de exploração, mas, com isso, ele mina o fundamento e o objeto da exploração, a produção de valor enquanto tal. Assim, a produção de mais-valia relativa, como cientifização da produção, inclui a tendência para a eliminação do trabalho produtivo imediato como única fonte da criação do valor social total. Esse mesmo movimento, que acrescenta um novo valor na parte relativa do capital, reduz a base absoluta da produção de valor por meio da eliminação do trabalho produtivo direto (Kurz, 2018, p.51).

Na verdade, Marx (2011; 2013; 2017), pelo menos desde os *Grundrisse*, já parece ciente dessa tendência e postula a necessidade de aumentar a composição orgânica do capital, o que leva o capital a gastar menos em trabalho vivo e investir mais em capital constante. Assim, se o investimento em capital variável diminui, o capital se valoriza cada vez menos em proporção à sua magnitude.

No entanto, deve-se reconhecer que não há uma teoria acabada das crises em Marx. Kurz (2018; 1993; 2014) reconstrói e extrai uma teoria da crise ou do colapso do capital a partir do desdobramento de sua leitura de Marx, bastante coerente e com forte potencial heurístico. Mas Kurz (2014) está ciente de que há ambiguidades em Marx. Lefebvre (2009) também está ciente de que Marx nos permite falar de crises cíclicas, ou seja, crises que têm uma "função purgativa" (Lefebvre, 2009, p. 143) e que, por meio da destruição de estoques de mercadorias, equipamentos e forças produtivas, reconstituem as condições para a sua renovação. Reconhecendo isso, Lefebvre (2009, p.142) sugere pensar - com base em Marx - em uma teoria da "crise geral", que, segundo ele, "recobria uma grande complexidade de fenômenos irredutíveis ao econômico, ainda que tendo uma base econômica".

Kurz critica o conceito de crise de superacumulação, que, embora o autor reconheça estar presente nos textos de Marx, não passa de alguns "fios argumentativos fragmentários"

(Kurz, 2014, p. 230). Este é um argumento semelhante ao que mencionei na seção anterior, mas, naquela ocasião, foi apresentado por Lefebvre. A ideia de uma "crise de superacumulação" nos leva a crer que há "valor demais" que não foi suficientemente realizado na forma de dinheiro. Como ele explica:

> Neste caso, a crise já não se refere a um limite interno do capital, mas torna-se uma função do próprio capital, na medida em que realizaria, através da desvalorização do capital em todos os níveis ou em todos os estados de agregação (especialmente sob a forma da desvalorização do capital material e do excedente de capital monetário, bem como demissões coletivas), uma compensação para que o congestionamento causado pelo superinvestimento pudesse dissolver-se gradualmente e o processo de valorização pudesse recomeçar (Kurz, 2014, p. 231).

Assim, deve-se entender que a crise não é um problema de falta de "realização" da mais-valia efetivamente produzida, mas de falta de produção da própria mais-valia (Kurz, 2014, p. 239). Marx afirma que apenas a força humana, o trabalho vivo, pode produzir mais-valia, sendo vampirizada pelo capital morto. É precisamente neste ponto que emerge a contradição mais fundamental do capitalismo, a saber, a oposição na integração negativa (Kurz, 2014) entre capital e trabalho. O capital só existe na medida em que domina o trabalho. O desdobramento dos textos de Marx ganha força quando ele percebe, por meio da lei coercitiva do capital, que os proprietários dos meios de produção tendem a investir em capital constante em detrimento do capital variável, o que aumentaria a produtividade. Isso, em seu sistema, levaria ao que Kurz (1993) chama de crise de valorização, revelando o limite interno e absoluto do capital, a tendência já inscrita por Marx (2013, p. 856):

> À medida que a acumulação avança, a relação entre as partes constante e variável do capital muda: se originalmente era 1:1, agora torna-se 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1, etc., de modo que, à medida que o capital cresce, em vez de 1/2 de seu valor total, apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8, etc. são progressivamente convertidos em força de trabalho, enquanto 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8, etc. são convertidos em meios de produção. Uma vez que a procura de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas pela sua componente variável, ela diminui progressivamente com o crescimento do capital total, em vez de, como supúnhamos anteriormente, crescer na mesma proporção que ele. O que está em causa aqui é que a expansão da parte constante do capital implica uma dispensa relativa de força de trabalho que, muito antes de se tornar uma dispensa absoluta, já opera como um limite fundamental à valorização.

Assim, a crise deve ser entendida como a perda da substância do capital, ou seja, o trabalho vivo. O capital, em sua própria dinâmica de acumulação, esvazia-se de seu fundamento. Como Kurz explica, "a eliminação maciça do trabalho produtivo imediato não pode mais ser compensada pela produção em massa de produtos "barateados", pois essa

produção em massa deixou de proporcionar uma reabsorção na produção da população trabalhadora previamente tornada supérflua noutro lado" (Kurz, 2018, p.57). Inovações tecnológicas aplicadas ao desenvolvimento das forças produtivas apontam para a eliminação adicional do trabalho vivo. Como Marx escreveu: "O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução" (Marx, 2011, p. 583).

Sociedade do desemprego

O resultado disso, como enfatiza Robert Kurz (2014), é a tendência do capital de produzir desemprego em massa em seu próprio desenvolvimento. Portanto, o que descrevi aqui não se limita a uma crise econômica — que pode ser facilmente falseada por meio de fluxos de capital fictício. É uma dissolução de formas sociais historicamente determinadas. O trabalho historicamente se constituiu como uma forma de mediação social (Postone 2014), e essa forma declinou com o aprofundamento da crise do capital. Kurz (2014) vê esse processo da mesma forma que Lefebvre (1948, 2009). Como ele aponta corretamente, a crise imanente do capital produz

> Os "deixados por conta" e os marginais, os desempregados, as pessoas excluídas do funcionamento "normal " dos centros e nós da atividade produtiva, as periferias, por conseguinte, os desempregados ocasionais (mais claramente: as mulheres, as pessoas de idade, os jovens, os quadros sem emprego) se misturam com os trabalhadores dispensáveis, o desemprego estrutural com o conjuntural (Lefebvre, 2009, p.142).

Essa descrição, dada por Lefebvre, é de uma população estruturalmente excedente que não tem mais possibilidade de integração. Aaron Benanav (2010, p. 27-8) afirma: "O capital produz uma população relativamente redundante a partir da massa de trabalhadores, que então tende a se tornar uma população excedente consolidada, absolutamente redundante às necessidades da produção. Eu apresentei anteriormente a ideia de proletarização de Lefebvre como uma multiplicação de "trabalhadores sem trabalho", algo bastante semelhante ao que Benanav (2010, p. 29) escreve: "o proletariado é uma classe trabalhadora em transição, uma classe trabalhadora que tende a se tornar uma classe excluída do trabalho". Desta forma, a crise tal como se apresenta não é no sentido usual indicado, de conteúdo econômico, mas uma crise secular, uma crise na reprodução da relação capital-trabalho. A expansão desta reprodução

indica que os trabalhadores estão se tornando uma externalidade do processo de reprodução material e que, portanto, sua existência não é mais produtiva, mas marcada pela dominação direta.

Esta mudança sinaliza uma mutação na forma de mediação social. Na fase expansiva da acumulação, o poder do capital é exercido primariamente por meio do que Marx (1992) descreveu como a compulsão muda — um poder econômico que coage os indivíduos a ingressar no mercado de trabalho para garantir sua reprodução na forma-mercadoria. No entanto, à medida que a crise de valorização se desenrola, esta mediação por meio do trabalho colapsa. As pessoas não são mais dominadas como trabalhadores integrados ao circuito de valor, mas são submetidas à lógica abstrata do capital como uma externalidade. Consequentemente, a dominação deixa de ser primariamente mediada pela forma-salário e passa a assumir um caráter mais direto e violento, frequentemente extra-econômico, já que o capital em crise precisa gerir uma população que permanece atrelada ao mundo da mercadoria, apesar de estar estruturalmente excluída da produção de valor.

A análise crítica de como o capitalismo consegue se reproduzir, valorizando e ocultando seu excesso interno, só é significativa se for acompanhada de uma interpretação de que o funcionamento "normal" do próprio capitalismo produz um excedente humano, resultado da busca implacável por lucros intermináveis. A disseminação do que Marx chamou de lumpemproletariado é precisamente esse excedente populacional absoluto como resultado da lógica do capital. Como Henri Lefebvre (2019, p. 225) escreveu: "Atualmente, não há reconstituição do exército de reserva dos trabalhadores?". Não se trata mais de um exército de reserva, mas de uma população excedente (do ponto de vista da acumulação).

Da crise à catástrofe

A transição de uma teoria das crises para uma teoria das catástrofes no pensamento de Lefebvre reflete uma mudança da análise de disfunções econômicas cíclicas para a compreensão de um 'estado crítico' permanente do sistema social. Para Lefebvre, enquanto as crises tradicionais eram momentos de ruptura que levavam a novos equilíbrios, a era contemporânea é definida por um "espaço de catástrofe" onde o estado de exceção se torna a

regra. Ele argumenta que isso ocorre porque o sistema global perdeu seus fundamentos regulatórios tradicionais, observando que "o mundo atual perde sua antiga base mas ele guarda seu fundamento nos sentimentos de dominação e ressentimento" (Lefebvre, 2009, p. 147). Esta base antiga pode be entendida como a mediação social do trabalho que se torna obsoleta. Neste contexto, a crise não é mais um obstáculo temporário, mas uma manifestação de uma dissolução mais profunda das formas sociais. Lefebvre enfatiza que o Estado gere esta catástrofe através de uma morfologia hierárquica, afirmando que "quando os poderes estabelecidos declaram a crise, eles declaram a repressão e virtualmente a guerra àqueles que querem considerar essa crise como sintomática de uma dissolução mais vasta e mais profunda" (Lefebvre, 2009, p.146). Isso resulta numa lógica terminal onde o Estado sobrevive à custa da vitalidade social, como exemplificado pela sua observação nítida: "tudo morre, exceto o Estado, que tudo mata" (Lefebvre, 2009, p. 140). Assim, a catástrofe não é meramente um evento, mas a preservação violenta da relação capital-trabalho por meio da pura dominação política e espacial.

Lefebvre (1992), em outro livro, *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, também observa como as transformações do capitalismo reconfiguraram o exercício da violência. O autor identifica que, com o nascimento do capitalismo, o que ele chama de sociedades repressivas foram uma condição para o desenvolvimento da estrutura de classes da sociedade, com seus diversos dispositivos de persuasão e opressão. Com os rearranjos da sociedade, especialmente durante o século XX, foram identificadas as que ele chama de sociedades super-repressivas, nas quais os dispositivos violentos estão integralmente ligados à vida cotidiana. No entanto, com o desenvolvimento da crise, Lefebvre (1992) chega à ideia de sociedade terrorista, ou seja, uma sociedade em que a violência e o terror se tornam generalizados em escala global.

De qualquer forma, o processo de crise produz uma "decomposição da vida cotidiana e do poder político exercido até nas e sobre as estruturas do cotidiano" (Lefebvre, 2009, p. 147). Essa ideia, apresentada por Lefebvre, pode ser compreendida à luz da noção de "dessocialização catastrófica" de Kurz (2014). O mecanismo que amalgamava as práticas sociais através do trabalho sai de cena, e essa forma de sociabilidade se torna obsoleta. A violência, seja ela produzida pelo Estado e seus aparelhos repressivos ou produzida de forma difusa e molecular

por indivíduos desafetados, torna-se endêmica. Além disso, ela se tornou a própria essência da mediação social.

Essa situação exige um reajustamento. Lefebvre (1978) descreve essa transformação em termos de uma mudança da teoria da crise para a teoria da catástrofe:

> A teoria clássica das crises não desaparece. Ela toma seu lugar na teoria das catástrofes. Ela permite descrever e analisar os sintomas de uma eventualidade, a catástrofe. Ela determina as causas e razões de efeitos que transbordam essas causas e razões: o abalo das condições de estabilidade de uma morfologia, a sua ruptura) (Lefebvre, 2009, p. 152).

Lefebvre vê uma possibilidade revolucionária na crise. É neste momento crítico que as coisas podem mudar. Esta é uma questão que perpassa a sua obra, enfatizando sempre a possibilidade de transformação, por vezes de forma mais enfática e convincente do que neste texto. Neste texto em particular, Lefebvre apresenta uma análise mais matizada, não postulando a revolução como uma certeza, mas sim como uma possibilidade, ao lado da barbárie. Considerando o papel do Estado, ele enfatiza a construção de estados militarizados e a explosão de práticas violentas, em vez da revolução que se aproxima. Em uma palavra, catástrofe.

A produção do espaço, o urbano e a crise do capital

Até agora, discuti como podemos interpretar a noção de crise no pensamento de Lefebvre. No entanto, a partir de agora, proponho também que a ideia de crise na obra de Lefebvre é importante para a compreensão de sua teoria da produção do espaço e do urbano. Afinal, é na cidade que a crise se apresenta de forma mais clara. Neste sentido, vale lembrar que tanto em *A Revolução Urbana* quanto em seu livro anterior, *O Direito à Cidade*, Lefebvre (2001; 2019) fala em atravessar uma "zona crítica".

Minha interpretação de Lefebvre sugere que, para compreender este momento crítico ao falar da transição da cidade industrial para o urbano, precisamos enfatizar a noção de crise. O uso da zona crítica por Lefebvre deve ser lido em conjunto com o conceito de crise.

O filósofo francês entende o urbano - como um substantivo - como um desenvolvimento das contradições do industrialismo. O processo de industrialização, como desenvolvimento contraditório do capital, dependia da aglomeração. Concentra, assim, os elementos necessários à reprodução ampliada do capital: pessoas, atividades, riquezas, coisas,

instrumentos de trabalho e meios de produção (Lefebvre, 2019). Assim, como indutora da urbanização, mas de forma negativa — "A industrialização produz a urbanização inicialmente de modo negativo" (Lefebvre, 2001, p. 137) — a industrialização reproduz o próprio capital. Mas o faz até certo ponto. A partir de então, a sociedade entra no que Lefebvre chama de Zona Crítica, um momento em que as contradições da industrialização se exacerbam. A partir de então, surgem "as condições e os meios da sociedade urbana" (Lefebvre 2007, p. 138). É nesta zona crítica, portanto, de crise, que a sociedade urbana se insinua como uma virtualidade emancipatória.

Aqui, precisamos entender o significado completo que Lefebvre atribui à noção de zona crítica. É um momento de colapso das formas sociais próprias da industrialização e, portanto, do capitalismo. Lefebvre vê assim a superação do capital sob o nome de sociedade urbana. Contudo, o próprio Lefebvre reconhece que o mundo contemporâneo é caracterizado pela subordinação da vida urbana ao crescimento industrial. O colapso se prolonga sem que as formas sociais decadentes cheguem ao fim. Isto produz as catástrofes (Lefebvre, 2009) que o autor menciona dez anos depois de ter escrito *O Direito à Cidade*.

Por um lado, a promessa de transformação emerge das contradições do industrialismo. Por outro lado, a perpetuação da urbanização negativa, subordinada à indústria, reproduz a crise numa escala cada vez maior.

Lefebvre (1991, p. 325) descreve como o espaço foi "integrado ao capitalismo" produzindo "um salto para a frente das forças produtivas" mas que isso "ocorreu sem romper com o modo e as relações do sistema de produção capitalista". O capitalismo, portanto, não só captura o espaço pré-existente, mas também produz um novo espaço:

> através e por meio da urbanização, sob a pressão do mercado mundial; e, em conformidade com a lei do reprodutível e do repetitivo, abolindo as diferenças espaciais e temporais, destruindo a natureza e o tempo da natureza (Lefebvre, 1991, p. 326)

Lefebvre descreve a industrialização como o "poder dominante" que se reproduz, embora não sem contradições. Estas contradições conduzem à tendência que ele descreve como "implosão-explosão", um processo em que ocorrem "a concentração urbana e a extensão do tecido urbano". Brenner e Schmid (2011; 2015) desenvolveram, com base nesta ideia lefebvriana, o conceito de urbanização planetária. Segundo eles, a urbanização deve ser

entendida como um processo de duas faces: por um lado, um processo de concentração, como o adensamento de cidades e áreas metropolitanas, e por outro, a operacionalização produtiva e logística do interior, de espaços rurais e selvagens.

É interessante notar que o conceito que apresentam, paisagens operacionais, destacou a regra e a dominação do processo de industrialização. Com isso, é possível compreender grandes processos industriais, socioeconômicos, infraestruturais e socio-metabólicos que ocorrem em todo o planeta (Brenner e Schmid, 2015). No entanto, como discuti em outro lugar (Canettieri, 2024), o conceito de paisagens operacionais está estreitamente relacionado ao desenvolvimento da composição orgânica do capital. Deve-se ler a operacionalização das paisagens como uma das necessidades do capital, que, simultaneamente, aprofunda a própria crise que tenta evitar.

Quer se trate da operacionalização de paisagens interiores ou da construção de áreas metropolitanas, o que está em jogo aqui é a produção do ambiente construído de forma capitalista. A partir desta base, podemos compreender a submissão da urbanização ao industrialismo. Como aparece em vários dos seus textos, Lefebvre estava consciente de que a construção, dada a sua natureza, tem uma baixa composição orgânica e emprega um grande número de pessoas. É uma força contrária à tendência à crise, mas incapaz de deter este processo. Lefebvre (2016, p. 107) argumenta que a produção do espaço tem uma função essencial no capitalismo: "a luta contra a tendência à baixa do lucro médio". Como Kipfer *et al*. (2008, p. 7) discutiram, este argumento foi central para Harvey (2020) desenvolver ainda mais a análise do processo urbano sob o capitalismo: "no processo de urbanização, um circuito secundário de investimento imobiliário torna-se cada vez mais importante no capitalismo avançado, produzindo os distintos padrões de homogeneização e diferenciação espacial tão característicos das áreas metropolitanas do pós-guerra".

Contudo, Harvey entende a produção do ambiente construído como um processo cíclico de expansão e contração, profundamente interligado aos ciclos de crescimento e de crise do capital (Harvey 2020; 2013). Como argumentei antes, esta perspectiva não pode ser atribuída a Lefebvre. Embora Lefebvre reconheça a produção do ambiente construído como uma forma de racionalizar a irracionalidade da contradição do capital, reconhecendo que, "o

capitalismo, sob direção estatista, tentou corrigir o erro investindo no setor II (produção para consumo e mercado interno)" (Lefebvre, 2009, p. 143), como discuti antes, a crise para ele não deve ser entendida como um ciclo. Ao contrário da perspectiva da crise cíclica, com Lefebvre podemos extrair um conceito de crise que se aprofunda. Segundo ele, não há resolução para a contradição do capital que não seja o seu fim último. No entanto, o desenvolvimento da contradição imanente do capital continua a sua espiral descendente. Considere os sucessivos desenvolvimentos tecnológicos empregados nas forças produtivas que operam na indústria da construção. Mesmo o setor do ambiente construído está sujeito à lei do capital de aumentar a sua própria produtividade, aumentando a sua composição orgânica, eliminando o trabalho vivo, des-substanciando-se e, em última análise, aprofundando a crise.

Como salienta Lefebvre (1991, p. 31) em seu livro *A produção do espaço*: "Toda sociedade - e, portanto, todo modo de produção com suas subvariantes - produz um espaço, seu próprio espaço". Como podemos compreender o espaço produzido pela sociedade em crise?

Reconhecendo a sua contribuição em *De L'État* (Lefebvre, 1978), poderíamos sugerir que este é um espaço de catástrofe, que revela toda a dinâmica violenta e crítica da produção do espaço em tempos de crise. É uma questão de reconhecer que os modos de sociabilidade capitalista que produzem práticas espaciais entraram em estado de desintegração. O movimento perpétuo do agravamento da crise não provoca automaticamente o fim do capital - pelo contrário, conduz à propagação da barbárie, da violência e da precariedade (Kurz, 2014).

Contudo, uma crise também é uma oportunidade de transformação. A formação de uma sociedade urbana ou a extensão do fenómeno urbano, tal como descrita por Lefebvre (2013, p. 169), dependerá de uma "ruptura na indústria e nas finanças (uma crise)". Neste sentido, o momento de crise apresenta uma oportunidade para uma transformação radical da socialização capitalista, conduzindo à superação das suas formas sociais.

Considerações Finais

Neste texto, demonstro a relevância de reinterpretar a obra de Lefebvre em relação ao conceito de crise. Na obra de Henri Lefebvre, a ideia de crise é uma categoria central que permite ao filósofo articular diferentes dimensões de sua análise, embora os intelectuais lefebvrianos ainda precisem enfatizar adequadamente esta questão. Como argumentei aqui, é a partir da ideia de crise que o autor abre caminho para sua reflexão sobre o urbano. Desta forma, argumentei ao longo deste texto que não é possível compreender o urbano e a produção do espaço sem levar em conta uma análise consequente da noção de crise.

Para Lefebvre, é essencial compreender a contradição imanente do capital que, no seu próprio movimento, se coloca em crise. Esta contradição leva à impossibilidade de valorização e acumulação, mas o capital não se destrói.

Como o próprio Lefebvre (1978, p. 232) argumenta: "Se sempre convém analisar a crise (descrever fenômenos, captar informações e dados), é preciso igualmente considerar essa mesma crise como analisadora do mundo atual". Assim, as causas e os efeitos da crise devem ser analisados, mas a crise também deve ser tomada como meio de análise da realidade contemporânea. Adotar a crise como chave de interpretação do mundo significa, portanto, compreender o colapso da vida cotidiana no mundo moderno, que pode ser caracterizado por uma acumulação imensurável de catástrofes.

O urbano, tal como entendido por Lefebvre, emerge da zona crítica, um momento em que as contradições do modo de produção capitalista crescem, se agravam e adquirem novos significados. Desta forma, o autor procura compreender o sentido do urbano como meio de transformação da sociabilidade capitalista em crise. O urbano carrega em si novas contradições, somadas às outras contradições não resolvidas.

Referências

Benanav, A. Misery and debt: on the logic and history of surplus populations and surplus capital. **Endnotes**, 2: 21-39, 2010.

Brenner, N.; Schmid, C. Planetary urbanization. In Gandy, M. (ed.) **Urban constellations**. Jovis, Berlin, 2011.

Brenner, N.; Schmid, C. Towards a new epistemology of the urban. **City,** 19(2-3), p.151–82, 2015.

Canettieri, T. The dark side of planetary urbanization: operational landscapes, crisis and the peripheral condition. **International Journal of Urban and Regional Research**, 48(5): 894-914, 2024.

Harvey, D. O processo urbano no capitalismo: um arcabouço para análise. In: **Os sentidos do mundo: textos essenciais.** São Paulo: Boitempo, 2020.

Harvey, D. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

Kipfer, S.; Goonewardena, K.; Schmid, C.; Milgrom, R. On the production of Henri Lefebvre. In: Goonewardena, K.; Kipfer, S.; Milgrom, R.; Schmid, C. (Orgs.). **Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre**. New York/London: Routledge, 2008.

Kurz, R. **A crise do valor de troca.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Kurz, R. **O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Kurz, R. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona, 2014.

Lefebvre, H. La crise du capitalism français: essai de définition du problème. **La Pensée**, 17: 39-50, 1948.

Lefebvre, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

Lefebvre, H. **Espaço e política: o direito à cidade II.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

Lefebvre, H. **A reprodução das relações de produção: a sobrevivência do capitalismo.** Porto: Publicações Escorpião, 1973.

Lefebvre, H. **De L'Etat: les contradictions de l'État moderne, volume 4**. Paris: PUF, 1978.

Lefebvre, H. **Le retour de la dialectique: 12 mots-clefs pour le monde moderne**. Paris: Messidor, 1986.

Lefebvre, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

Lefebvre, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

Lefebvre, H. **Critique of everyday life**. London: Verso, 2013.

Lefebvre, H. **Metafilosofia: prolegômenos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Lefebvre, H. **O pensamento marxista e a cidade.** Braga: Ulisseia, 1972.

Lefebvre, H. **Vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1992.

Marx, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Marx, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

Postone, M. **Tempo, trabalho e dominação social. S**ão Paulo: Boitempo, 2014.

Como citar este artigo:

CANETTIERI, Thiago. A produção do espaço, o urbano e a crise do capital: (re)lendo a teoria das crises de Lefebvre. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, 2026. Versão traduzida do artigo original publicado em inglês. DOI: https://doi.org/10.61636/g6erdj17

Recebido em 24 de outubro de 2025

Aceito em 18 de abril de 2026

Sobre o autor: professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG). Realizou residência pós-doutoral vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG (2019-2020), é doutor em Geografia pela UFMG (2019), mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial pela PUC-Minas (2014) e possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela PUC-Minas (2012).É coordenador regional do núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles (INCT/CNPq), líder do grupo de pesquisa CRITICAR (crise, trabalho, capital e revolta) e pesquisador do grupo Cosmópolis e do Centro de Estudos da Favela (CE.FAVELA) É pesquisador afiliado ao Instituto Alameda. Foi Research Fellow do 5 Intercontinental Academia (UBIAS) na Universidade de Erfurt, Alemanha (2026) e do Institute for Housing and Urban Research (IBF) na Universidade de Uppsala, Suécia (2022). Thiago Canettieri é autor dos livros "A condição periférica" (Consequência, 2020), "Brasil-catástrofe: constelações da destruição que estamos vivendo" (Consequência, 2023), "Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário" (Cosmópolis, 2024) e "Geographies of Critical Social Reproduction: Wageless Urbanization and Everyday Life of Laborless Laborers in a Brazilian Periphery" (Bloomsbury, 2026). Atualmente, leciona, pesquisa e escreve sobre a relação entre urbanização, periferização e a crise do capital. Tem experiência nas áreas de Estudos Urbanos e Teoria Crítica, atuando principalmente nos seguintes temas: Crítica da Economia Política; Produção Capitalista do Espaço Urbano; Periferias; Crise do capital; Movimentos Sociais Urbanos; Neoliberalismo.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar